



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E
DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /CPFAEO-2025.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, quarta-feira, às nove horas, esta sendo realizada a primeira audiência pública DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CPFAEO/2025, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia. Para debater a seguinte pauta: Avaliação do cumprimento das metas fiscais relativa ao fechamento do 3º quadrimestre do exercício de 2024. Estão presentes o Vereador Adriano Gomes, presidente da comissão de Finanças, o Vereador Breno Mendes, o Secretário da SEMFAZ, Wagner Garcia de Freitas. o Subsecretário da SEMFAZ, Luiz Henrique Gonçalves. o Secretário da SEMPOG, Marcio Rogério Gabriel. Como também a gerente da divisão de Demonstrativos e Prestação de contas da SEMFAZ, Rita Ferreira Lima, a gestora de implementação PCASP, Zaira Nucini, e a coordenadora geral de contabilidade da SEMFAZ, Nadya Karolina de Melo. O presidente da comissão de Finanças declara início à audiência pública e passa a palavra para o vereador Breno Mendes, que faz a leitura da ordem do dia. Com a palavra o subsecretário da SEMFAZ, Luiz Henrique, inicia a apresentação do relatório. Com base no relatório, o subsecretario conceitua o que é as receitas correntes. E no mais, o subsecretario informa que foi previsto arrecadar 513.000.000,00 (quinhentos e treze milhões), foi arrecadado 545.000.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco milhões), acima de 6% do previsto e 17% acima de 2023. O total das receitas teve uma previsão de 2.640.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e quarenta milhões), e arrecadou 2.877.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões), ou seja, cumpriu o que estava previsto. A despesa do poder executivo em 2024 foi de 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões), ficou abaixo do limite prudencial de 51,3% e abaixo do limite máximo de 54%, portanto, cumpriu o limite de despesa pessoal de 2024. O subsecretário Informa que a educação tem dois limites, que são: a aplicação mínima de 25% e 70% dos



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

recursos do FUNDEB. O município aplicou no ano passado 407.000.000,00 (quatrocentos e sete milhões), 26,26%. Os recursos do FUNDEB representou para a prefeitura 367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões), 73,24%. Portanto, cumpriu os dois limites da constituição. O valor total da educação foi de 629.000.000,00 (seiscentos e vinte e nove milhões). As despesas no serviço da saúde teve o total de 495.000.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões). O município deve aplicar 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões), para cumprir os 15%, que é o mínimo que deve ser aplicado na saúde, porém, aplicou 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões). Com a palavra o vereador Breno Mendes. O vereador Breno Mendes pergunta qual valor foi enviado para o FUNDEB da cota parte da Câmara Municipal. Responde o secretário Wagner Garcia que a qualidade de gastos é com a auditoria ou ações externas. Volta a palavra para o vereador Breno Mendes, que solicita o envio das informações questionadas para a comissão de orçamento e para a comissão de constituição, justiça e redação, pois, supõe que a Câmara Municipal deixou de receber os recursos do FUNDEB. O vereador Breno Mendes indaga se houve alteração no IPTU em 2024, pois, a população esta pagando mais de uma vez o mesmo IPTU no mesmo terreno. Com a palavra o subsecretário Luiz Henrique. O subsecretário realça que o IPTU não esta no valor real e precisa de uma atualização. Também informa que o IPTU é vinculado á matrícula, se o imóvel estiver matriculado mais de uma vez, será cobrado mais de uma vez. O presidente da comissão de finanças toma a palavra e informa que irá propor um anteprojeto para a retirar as multas por atraso do IPTU. O secretário Wagner Garcia solicita o envio do ofício ao executivo, pois, 70% da falta de pagamento do IPTU, equivale à 80.000.000,00 (oitenta milhões) perdidos, que faz falta para a gestão. Com a palavra o Vereador Breno Mendes. O vereador diz que irá propor um anteprojeto para a criação da Câmara Arbitral, para que as execuções da PGM seja feita extrajudicial. E também quer propor que o recebimento do VAAR passe pelas seguintes fases, 1º fase: escolha curricular, 2º fase: prova objetiva, 3º fase: consulta pública da comunidade escolar e a 4º fase: a seleção. Logo após, o vereador Breno mendes questiona o valor do superávit financeiro em relação á porcentagem da



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

complementação do VAAR. Passa a palavra para o subsecretário, que comunica que o superávit é apurado pelo Balanço Patrimonial do Município, que será finalizado e encerrado em março. O presidente da comissão de finanças questiona ao secretário sobre a cota parte dos recursos hídricos que passou de 100.000.000,00 (cem milhões), para onde foi destinados e quais foram os investimentos. O secretário Wagner Garcia informa que não tem as informações no momento, mas pode-se adiantar que parte desses recursos foram utilizados na secretaria de Obras e 10% no instituto do providências. O presidente (vereador Adriano Gomes) solicita ao Secretário Municipal da Fazenda o envio dos detalhes dos investimentos na região do Jacy Paraná, pois, foi muito impactada. E por fim, o presidente indagou se havia algum questionamento pelo os que se fazem presentes na audiência pública, por não haver, declarou encerrada a audiência pública. Da qual se lavrou a presente ATA.

Gerência das Comissões, 26 de fevereiro de 2025.

Vereador Adriano Gomes
presidente/CPFAEO-2025



Assinado por **Adriano Da Silva Gomes** - Vereador - Em: 10/03/2025, 10:15:11



Assinado por **Breno Mendes Da Silva Farias** - Vereador - Em: 06/03/2025, 13:51:13